

**Relatório Anual da Administração - 2011**

**1. APRESENTAÇÃO**  
**1.1. Nossa Caixa Desenvolvimento - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.**

A Agência de Fomento Paulista inicia sua história a partir da Lei Estadual 10.853, de 16 de julho de 2001, que a criou. Porém, foi o Decreto 52.142, de 06 de setembro de 2007, que dispôs sobre a sua constituição e o seu funcionamento.

Com o início das atividades em março de 2009, a Agência faz parte da Administração indireta do Estado de São Paulo, que detém o controle acionário com 99,99% de suas ações.

O papel da Agência de Fomento Paulista é ser parceiro do Governo do Estado na promoção do desenvolvimento social e econômico, cumprindo com a sua missão de fortalecer a economia paulista a partir do apoio financeiro às pequenas e médias empresas atuantes no Estado.

**2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

Em junho de 2011, a Agência de Fomento Paulista, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, iniciou o projeto de elaboração do Planejamento Estratégico - 2012 a 2015, a fim de consolidar os resultados já alcançados e afinar a sua atuação, dirigindo-se mais diretamente ao cumprimento de sua missão ao desenvolvimento do Estado de São Paulo.

O planejamento estratégico incluiu a definição de premissas para o alcance dos objetivos da organização, e promoveu a revisão da missão, visão e dos valores da instituição.

As definições estratégicas foram estabelecidas a partir do propósito de criação de uma Agência de Fomento que tivesse por objetivo: desenvolver o Estado de São Paulo, através do fomento a projetos de investimento e inovação, destinados às pequenas e médias empresas, e aos municípios, considerando, em uma visão sistêmica, os importantes parceiros, tais como governo, entidades empresariais, órgãos e institutos de pesquisas, organismos financeiros multilaterais, entre outros.

**2.1. Missão, Visão e Valores**

**Missão**  
"Promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras."

**Visão**  
"Ser reconhecida como instituição financeira de referência no desenvolvimento sustentável da economia paulista."

**Valores**  
Ética; Transparência; Excelência operacional; Comprometimento com a sociedade

**3. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO**

Com capital integralizado de R\$ 1 bilhão, pelo Governo do Estado, a Agência de Fomento Paulista é vinculada à Secretaria da Fazenda e atua de forma integrada com as entidades do governo estadual, constituindo-se num mecanismo ágil para definição de prioridades e instrumentos de atuação associados ao desenvolvimento econômico e social do Estado.

Por meio do modelo de atuação de parcerias com órgãos de classe e entidades representativas do segmento empresarial (FIESP, FAESP, FECOMÉRCIO, ABIMAQ, etc.), a Agência de Fomento Paulista abrange todo o território paulista e viabiliza o acesso rápido aos financiamentos para as pequenas e médias empresas.

Neste ano, catorze novas parcerias foram formalizadas, como as realizadas com a Associação Brasileira de Franchising e a SOFTEX Campinas - Associação pela Excelência do Software de Campinas, totalizando 60 (sessenta) parceiros de diversos setores da economia paulista.

Além dessas parcerias, a Agência de Fomento Paulista tem, ainda, acordo operacional firmado com a Indústrias Romi, a Cooperação Andina de Fomento – CAF, a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC e com a KfW Bankengruppe (KfW), agente financeiro do Governo Federal Alemão.

**3.1 Público Alvo**

Em 2011, o Conselho de Administração e a Diretoria ampliaram a definição de público alvo da Agência de Fomento Paulista, contemplando as empresas com faturamento anual de até R\$ 300 milhões, quando se trata de operações com recursos próprios. Para os financiamentos com recursos de terceiros, os parâmetros de faturamento também foram alterados, passando a ser de acordo com a política do agente repassador.

As Prefeituras e os órgãos da administração direta e indireta dos municípios também fazem parte do público atendido pela Agência, por meio de linhas de financiamento específicas para o setor público.

**4. LINHAS DE FINANCIAMENTO**

A Agência de Fomento Paulista lançou, em 2011, seis novas linhas de financiamento com recursos próprios, dentre as quais, quatro são voltadas para Municípios, uma para o setor de Franquias e uma especial para o Vale do Ribeira, em parceria com o Governo do Estado, no âmbito do Programa de Apoio Regional.

Foram implantados, também, dois novos produtos das linhas do BNDES, onde a Agência de Fomento Paulista se configura como agente financeiro repassador desde 2009.

Os prazos das linhas de crédito que financiam projetos de investimento, como a LEV – Linha Economia Verde, FIP – Financiamento ao Investimento Paulista, P&G – Linha

Petróleo e Gás Natural e BNDES Automático, também foram alterados, passando de cinco anos para dez anos, propiciando condições competitivas em relação ao mercado.

**5. DESEMPENHO OPERACIONAL**

**5.1 Desempenho nos Negócios**

A Agência de Fomento Paulista desembolsou, desde a primeira operação de crédito, em junho de 2009, mais de R\$ 487 milhões, com incremento de 95% em 2011, se comparado com o total acumulado em 2010.

Somente em 2011, foram desembolsados R\$ 237 milhões, com destaque para os recursos direcionados à rubrica projetos e investimentos, que obteve um crescimento de 128%, se comparado com 2010.

Considerando o prazo de vencimento das operações, a carteira está composta com 42,72% de operações com vencimento de até 360 dias e 57,28% acima de 360 dias. Vale destacar que 89,1% da carteira estão classificados nos rating's "AA" e "A".

**6. DESEMPENHO FINANCEIRO**

No exercício de 2011, a Agência de Fomento Paulista registrou lucro líquido de R\$ 57 milhões. Com Patrimônio Líquido de R\$ 1.025 milhões, o Retorno Anualizado sobre o PL Médio (ROAE), em 31/12/2011, é de 5,60%, resultado desse decorrente das baixas taxas de juros praticadas pela Agência.

O resultado bruto da intermediação financeira no período foi de R\$ 114 milhões, com R\$ 43 milhões de outras receitas/despesas operacionais, gerando resultado operacional de R\$ 71 milhões.

O total de ativos alcançou R\$ 1.153 milhões, em 31 de dezembro de 2011, composto por 69,5% de Títulos Públicos Federais, 1,5% de Operações Compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais, 28,7% de Operações de Crédito e 0,3% de outros Ativos.

Do montante destinado às operações de crédito, 69% é proveniente de recursos próprios e 31% de recursos repassados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pela Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME).

**7. GOVERNANÇA CORPORATIVA**

A Agência de Fomento Paulista busca o aprimoramento constante de suas práticas de governança corporativa, que têm como princípios a transparência, a equidade, a prestação de contas e a responsabilidade corporativa.

Com a orientação estratégica do Conselho de Administração e da Diretoria, que exerce a administração geral, a Agência de Fomento Paulista busca a excelência na execução dos seus objetivos, assegurando o seu funcionamento, alinhado com as suas políticas e diretrizes.

O tema "Ética" merece destaque por ser premissa fundamental na Governança Corporativa. Com novo layout, o Código de Ética foi disponibilizado a todos os colaboradores por meio eletrônico, com ênfase nos princípios adotados perante todos os públicos que interagem com a Agência de Fomento Paulista.

Esses princípios também são divulgados periodicamente, por meio do canal de comunicação interno, a todos os colaboradores da Agência.

**8. GESTÃO DE PESSOAS**

As políticas e práticas de gestão de pessoas primam pela promoção do respeito, da diversidade e pelo desenvolvimento de competências, comprometidos à missão da instituição.

Em dezembro de 2011, a Agência de Fomento Paulista contava com um quadro de 137 colaboradores ativos, incluindo a Diretoria, mais 12 estagiários e 05 jovens aprendizes.

**9. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

Comprometida em integrar o desenvolvimento econômico à responsabilidade social, aliados às metas e às diretrizes definidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, a Agência de Fomento Paulista busca uma ação consciente em todo o processo organizacional, baseada nas habilidades gerenciais e direcionada aos rumos e desafios da empresa.

**9.1. Adesão ao Protocolo Verde FEBRABAN**

Como o compromisso da sustentabilidade, a Agência de Fomento Paulista aderiu, em agosto de 2011, ao Protocolo de Intenções assinado entre o Ministério do Meio Ambiente e a FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos.

O Protocolo Verde, como é conhecido, constitui-se em esforço comum para empreender políticas socioambientais que sejam precursoras, multiplicadoras e exemplares nas práticas bancárias, e que visem promover o desenvolvimento sustentável e uma contínua melhoria no bem estar da sociedade.

**10. DESTAQUES 2011**

**10.1. Programa de Apoio Regional – Linha Vale do Ribeira**

No âmbito do PAR – Programa de Apoio Regional, foi lançada, em março de 2011, a LVR - Linha de Financiamento para o Vale do Ribeira, em parceria com o Governo do Estado, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico dos municípios situados na região.

A linha apresenta condições especiais, com taxa de juros subsidiadas (taxa zero) pelo FVR - Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira, do Governo do Estado, uso do Fundo de Aval Paulista (FDA) para garantias financeiras e prazos de até 60 meses, com 12 meses de carência.

**10.2. Fundos de Desenvolvimento do Estado de São Paulo**

A partir da divulgação da Resolução Conjunta nº 1, das Secretarias da Fazenda, de Desenvolvimento e de Economia e Planejamento, a Agência de Fomento Paulista iniciou suas atividades de administradora dos Fundos Especiais de Financiamento e Investimento, conforme previsto na Lei Estadual nº 10.853, de 16.07.2001.

Já administrado pela Agência de Fomento Paulista, o FDA – Fundo de Aval do Estado de São Paulo tem o objetivo de prover recursos para garantir riscos de crédito, viabilizando o acesso das microempresas e das empresas de pequeno porte do Estado de São Paulo, cuja receita bruta anual não ultrapasse o valor de R\$ 2,4 milhões. O Fundo é vinculado à Secretaria da Fazenda, a Agência de Fomento Paulista é a administradora e o Banco do Brasil é o agente financeiro.

Outros 10 fundos estão em processo de migração, sendo que a Agência de Fomento Paulista já atua em alguns Fundos de Desenvolvimento em parceria com as Secretarias de Estado.

**10.3. Fundos de Investimento - Capital Semente**

Como forma adicional de apoio às empresas dos setores produtivos, como indústria, comércio, serviços e agonegócios, a Agência de Fomento Paulista aprovou, em 2011, junto ao Comitê de Investimentos e Conselho de Administração, a aplicação de mais R\$ 20 milhões em cotas de fundos de investimento, que têm como prioridade, investir em empresas com perfil inovador, instaladas no Estado de São Paulo, especialmente aquelas que necessitam de capital semente.

**10.4. Financiamento para redução de Emissão Gases Efeito Estufa**

A Agência de Fomento Paulista liberou, em setembro de 2011, o primeiro financiamento voltado ao setor de transporte, visando a redução das emissões de gases de efeito estufa.

A empresa de Campinas efetuou a troca de 24 veículos de porte médio, substituindo o uso de combustível fóssil pelo renovável. Segundo a empresa, que fará a gestão da frota, a medida reduzirá em até 98% a quantidade de CO2 emitida pelos veículos. O valor do investimento foi de R\$ 636,5 mil.

A Linha Economia Verde foi criada para atender aos novos conceitos de sustentabilidade do Governo do Estado de São Paulo, de forma a contribuir para a redução da emissão de gases poluentes que provocam o efeito estufa.

**10.5. Novo Portal**

A Agência de Fomento Paulista lançou, em dezembro, seu novo portal, com mais serviços, simulador ainda mais completo e um novo simulador para o setor público. O objetivo é fortalecer o diálogo com os clientes ao oferecer um conteúdo variado de informações e serviços reunidos em um só lugar. Um dos destaques é a reformulação do Simulador de Financiamento, que oferecerá uma maior precisão e mais informações sobre as parcelas e condições escolhidas pelo usuário.

Outra novidade é a inserção da Agência de Fomento Paulista junto às redes sociais, o que irá colaborar para a divulgação de todas as ações realizadas, tornando-a cada vez mais conhecida.

[www.agenciadefomentopaulista.com.br](http://www.agenciadefomentopaulista.com.br)

**10.6. Canal do Empresário**

No novo portal, o empresário encontra uma novidade: o Canal do Empresário, que oferece suporte às pequenas e médias empresas paulistas, com conteúdo diferenciado e cheio de informações.

Integrado às várias instituições de apoio ao empresariado, como SEBRAE-SP, FIESP, FECOMÉRCIO-SP, ENDEAVOR, Associação Comercial, entre outros, o Canal do Empresário dinamiza o fluxo de informações para o empreendedor, trazendo notícias, entrevistas, vídeos, dicas, cartilhas, agenda de eventos, simuladores de financiamento, legislação e muito mais.

[www.canaldoempresario.com.br](http://www.canaldoempresario.com.br)

**10.7. Primeiro Posto Avançado da Agência de Fomento Paulista**

A Agência de Fomento Paulista e o SEBRAE-SP inauguraram, em 05 de dezembro, em Campinas, o primeiro posto de atendimento da Agência fora da Capital. A estrutura funciona dentro do escritório do SEBRAE-SP, no Jardim Chapadão, e oferece desde consultoria para a indicação da linha de crédito mais adequada a cada projeto até a finalização do processo de concessão do financiamento.

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 e de 2010**

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2011		2010		Passivo	Nota	2011		2010	
		2011	2010	2011	2010			2011	2010		
<b>Circulante</b>		<b>160.210</b>	<b>476.812</b>	<b>Circulante</b>		<b>61.235</b>	<b>46.454</b>				
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>		<b>17.498</b>	<b>403.156</b>	<b>Depósitos</b>	8	<b>3.919</b>	<b>3.698</b>				
Aplicações no Mercado Aberto		17.498	403.156	Depósitos vinculados		3.919	3.698				
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financ. derivativos</b>	5	<b>2.245</b>	<b>788</b>	<b>Obrigações por Repasses</b>							
Carteira própria		2.245	788	<b>do País - Instituições Oficiais</b>	9	<b>33.688</b>	<b>31.507</b>				
Operações de crédito	6	<b>140.380</b>	<b>72.177</b>	BNDES		11.734	18.466				
Operações de crédito		143.949	72.454	FINAME		21.954	13.042				
(-) Provisão para operações de crédito		(3.569)	(278)	<b>Outras obrigações</b>	10	<b>23.628</b>	<b>11.248</b>				
<b>Outros créditos</b>	7,13	<b>87</b>	<b>691</b>	Cobrança e arrecadação de tributos		76	31				
Diversos		87	691	Obrigações sociais e estatutárias		11.047	2.452				
<b>Não circulante</b>		<b>992.463</b>	<b>636.256</b>	Obrigações fiscais e previdenciárias		10.436	6.676				
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financ. derivativos</b>	5	<b>799.408</b>	<b>525.030</b>	Diversos		2.069	2.089				
Carteira própria		799.408	525.030	<b>Não circulante</b>		<b>67.471</b>	<b>47.282</b>				
Vinculados ao Banco Central		-	401.183	<b>Obrigações por Repasses</b>							
<b>Operações de crédito</b>	6	<b>191.208</b>	<b>111.226</b>	<b>do País - Instituições Oficiais</b>	9	<b>67.471</b>	<b>47.282</b>				
Operações de crédito		193.036	111.515	BNDES		13.502	8.807				
(-) Provisão para operações de crédito		(1.828)	(289)	FINAME		53.969	38.475				
<b>Outros créditos</b>	7,13	<b>1.847</b>	<b>-</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	12	<b>1.024.642</b>	<b>1.019.940</b>				
Diversos		1.847	-	Capital social		1.000.000	1.000.000				
<b>Permanente</b>		<b>675</b>	<b>607</b>	Ações ordinárias - País		1.000.000	1.000.000				
<b>Investimentos</b>		<b>200</b>	<b>200</b>	Reservas de lucros		24.642	19.940				
Ações e cotas		200	200								
<b>Imobilizado de uso</b>		<b>351</b>	<b>286</b>								
Outras imobilizações de uso		412	312								
(Depreciações acumuladas)		(61)	(26)								
<b>Intangível</b>		<b>124</b>	<b>121</b>								
Ativos intangíveis		184	148								
(Amortização acumulada)		(60)	(27)								
<b>Total do ativo</b>		<b>1.153.348</b>	<b>1.113.675</b>	<b>Total do passivo</b>		<b>1.153.348</b>	<b>1.113.675</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2011**

(Em milhares de Reais)

	Nota	2º Sem		
		2011	2011	2010
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>62.731</b>	<b>122.896</b>	<b>59.702</b>
Operações de crédito		14.049	25.323	8.826
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		48.682	97.573	50.876
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<b>(6.339)</b>	<b>(8.357)</b>	<b>(2.617)</b>
Operações de empréstimos e repasses		(1.793)	(3.203)	(2.083)
Provisão para operações de crédito		(4.546)	(5.154)	(534)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>56.392</b>	<b>114.539</b>	<b>57.085</b>
<b>Outras receitas/despesas operacionais</b>		<b>(22.500)</b>	<b>(43.187)</b>	<b>(29.110)</b>
Rendas de tarifas bancárias		1.462	2.172	1.281
Despesas de pessoal	11	(9.985)	(17.838)	(14.416)
Outras despesas administrativas	11	(10.307)	(21.066)	(13.826)
Despesas tributárias	11	(2.988)	(5.917)	(2.919)
Outras receitas operacionais		87	209	1.029
Outras despesas operacionais		(319)	(747)	(260)
<b>Resultado operacional</b>		<b>34.342</b>	<b>71.352</b>	<b>27.976</b>
<b>Resultado não operacional</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>17</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>		<b>34.342</b>	<b>71.352</b>	<b>27.993</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	13	<b>(4.903)</b>	<b>(12.637)</b>	<b>(8.437)</b>
Despesa de imposto de renda		(4.852)	(10.534)	(6.140)
Despesa de contribuição social		(1.898)	(3.950)	(2.297)
Ativo fiscal diferido		1.847	1.847	-
<b>Participações estatutárias no lucro</b>		<b>(726)</b>	<b>(1.612)</b>	<b>(600)</b>
<b>Lucro líquido</b>		<b>28.713</b>	<b>57.103</b>	<b>18.956</b>
<b>Juros sobre capital próprio</b>	12	<b>(16.616)</b>	<b>(31.732)</b>	<b>(4.507)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2011**

(Em milhares de Reais)

	Capital realizado	Aumento de capital	Reservas de lucros		Lucros ou prejuízos acumulados	Total
			Legal	Especiais de lucro		
<b>Saldos em 01/01/2010</b>	<b>400.000</b>	-	<b>360</b>	<b>5.130</b>	-	<b>405.490</b>
Aumento de Capital	-	600.000	-	-	-	600.000
Homologação do Banco Central em 24/03/2010	200.000	(200.000)	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	18.956	18.956
Destinações:						
Reservas	-	-	949	13.501	(14.450)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(4.507)	(4.507)
<b>Saldos em 31/12/2010</b>	<b>600.000</b>	<b>400.000</b>	<b>1.309</b>	<b>18.631</b>	-	<b>1.019.940</b>
<b>Mutações do período</b>	<b>200.000</b>	<b>400.000</b>	<b>949</b>	<b>13.501</b>	-	<b>614.449</b>
<b>Saldos em 01/01/2011</b>	<b>600.000</b>	<b>400.000</b>	<b>1.309</b>	<b>18.631</b>	-	<b>1.019.940</b>
Homologação do Banco Central em 13/01/2011	400.000	(400.000)	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	57.103	57.103
Destinações:						
Reservas	-	-	2.855	1.847	(4.702)	-
Dividendos	-	-				



1. Contexto operacional
A Nossa Caixa Desenvolvimento - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. é uma Instituição Financeira de Capital Fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, pela Lei Estadual nº 10.853/2001 e regulamentada pelo Decreto nº 52.142/2007, sendo parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo.
As operações são reguladas pela Resolução CMN nº 2.828, de 30 de março de 2001. A instituição iniciou suas atividades operacionais em 11 de março de 2009, após autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil, obtida em 11 de fevereiro de 2009.
Sua missão é promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras. Podendo praticar operações através de recursos próprios e repasses de recursos captados no País e no exterior originários de:
i. Fundos governamentais;
ii. Orçamento estadual;
iii. Organismos e Instituições Nacionais e Internacionais de Desenvolvimento.
Também faz parte do objeto social a prestação de garantias, a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, bem como a administração de fundos de desenvolvimento, observado o disposto no art. 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.
2. Apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF).
Em 8/02/2012, a Diretoria Colegiada aprovou a conclusão das Demonstrações Financeiras da Nossa Caixa Desenvolvimento - Agência de Fomento do Estado de São Paulo, tornando-as disponíveis para avaliação e parecer da Auditoria Independente.
3. Alterações na Lei das S.A. (Lei nº 6.404)
A Lei nº 11.638, publicada no Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 2007 e complementada, pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009 alterou diversos dispositivos da Lei nº 6.404 (Sociedade por Ações). Com vistas a regularizar essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos contábeis de 2008 a 2010, alguns dos quais já foram revistos entre 2010 e 2011.
A normatização do Banco Central do Brasil editada até o momento considera: (a) tratamento do saldo das reservas de capital e da destinação dos lucros acumulados; (b) tratamento do ativo imobilizado e diferido; (c) reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (d) apresentação da demonstração do fluxo de caixa ao invés da demonstração das origens e aplicações de recursos (e) tratamento de provisões, passivos e ativos contingentes; (f) divulgação sobre partes relacionadas; (g) evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis; (h) critérios e condições para mensuração, reconhecimento e divulgação de transações com pagamento baseado em ações (produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012), e (i) registro e evidencição de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros (produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012).
4. Principais práticas contábeis
a. Receitas e despesas
As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, que serão registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento.
b. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente reversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
Em 31 de dezembro de 2011, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

Table with 2 columns: 2011, 2010. Rows: Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, ITítulos e valores mobiliários - Cotas de fundos de investimento, Total.

c. Títulos e valores mobiliários
Os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira própria foram registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os Fundos de Investimento são registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador.
As Agências de Fomento estão dispensadas da aplicação da Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devem ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado.
d. Operações de crédito, obrigações por repasse e provisão para perdas em operações de crédito
d1. Operações de crédito e obrigações por repasse
As operações de crédito e as obrigações por repasse estão registradas ao valor do principal, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço em razão da fluência dos prazos das operações.
Não serão apropriados os rendimentos e encargos de operações com atraso igual ou superior a 60 dias, sendo apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.
d2. Provisão para perdas em operações de crédito
A classificação das operações e constituição de provisão das operações de crédito foram efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.
Foi constituída provisão adicional para operações da Linha Emergencial que não possuem garantias reais e que ainda se encontram em período de carência
e. Ativo permanente
O ativo permanente está registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas provisões para perdas, depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens à taxa de:
• 10% para instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação;
• 20% para sistema de processamento de dados;
• 20% para o intangível.
f. Demais ativos e passivos
Os demais ativos e passivos são apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do balanço.
g. Provisão para imposto de renda, contribuição social e contribuições
g1. Provisão para imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R\$ 240 no ano.
A provisão para contribuição social foi calculada sobre o lucro real à alíquota de 9%.
Os créditos tributários referentes ao imposto de renda e contribuição social são constituídos através das diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. A expectativa da realização destes créditos está demonstrado na Nota 13 c.
g2. Recolhimento do PIS e da COFINS
As contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) são recolhidas mensalmente, com base na sistemática cumulativa, sujeitando-se às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, incidentes sobre o faturamento, permitindo-se ainda a dedução das despesas estabelecidas na Legislação Tributária.
h. Utilização de estimativas
As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para créditos de liquidação duvidosa e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.
i. Contingências
A Instituição segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, emitida pelo Banco Central do Brasil referente aos procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.
A constituição das contingências passivas é realizada sempre que a opinião dos assessores jurídicos em relação à perda seja classificada como provável e que haja uma estimativa confiável dos montantes envolvidos. Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação.
5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
Em 31 de dezembro de 2011, a carteira de títulos e valores mobiliários estava assim composta:

Table with 4 columns: 2011, 2010, Curto prazo, Longo prazo. Rows: Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Cotas de Fundos de Renda Fixa, Total.

6. Operações de crédito
a. Composição por tipo de operação
Emprestimos - Recursos Próprios
Emprestimos - Repasses
Títulos descontados - Recursos Próprios
Financiamentos - Recursos Próprios
Financiamentos - Repasses
Total da carteira
b. Composição por faixa de vencimento
Parcelas vincendas
Até 180 dias
De 181 a 360 dias
Acima de 360 dias
Parcelas vencidas
Até 60 dias
De 61 a 90 dias
Acima de 90 dias
Total da carteira

Table with 4 columns: 2011, 2010, Curto prazo, Longo prazo. Rows: Parcelas vincendas, Parcelas vencidas, Total da carteira.

Table with 3 columns: 2011, 2010, 2010. Rows: Indústria, Comércio, Outros serviços, Total do Setor privado, Setor público, Administração Direta Municipal (a), Total da carteira.

Table with 6 columns: Classificação de risco, Provisão, Total das operações, Valor da provisão, Provisão adicional, Provisão total. Rows: AA, A, B, C, D, E, F, G, H, Total.

Table with 6 columns: Classificação de risco, Provisão, Total das operações, Valor da provisão, Provisão adicional, Provisão total. Rows: AA, A, B, C, D, E, F, G, H, Total.

(b) 05/01/2010, a instituição aprovou a criação da Linha Emergencial para Recuperação Econômica de Municípios Paulistas. O objetivo desta linha é fornecer apoio financeiro, com recursos próprios, para empresas comerciais, industriais e prestadoras de serviços, estabelecidas em cidades do Estado de São Paulo atingidas por enchentes, incêndios e demais desastres provocados por fenômenos da natureza.
Em 2010 foram concedidas 94 operações para o município de São Luiz de Paraitinga, sendo que 61 operações foram renegociadas em 2011, o que levou a uma reavaliação do risco dessas operações. Como resultado desta reavaliação, foi aprovada pela Diretoria Colegiada, ante a necessidade de adequação no nível de provisão para perdas, a adoção de provisão adicional, além dos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, para operações da Linha Emergencial que não possuem garantias reais e que ainda se encontram em período de carência.
Em 31/12/2011, o saldo das operações abrangidas pela provisão adicional corresponde a R\$ 1.717.
e. Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa
Exercício Provisão Inicial Adições Baixas para prejuízo Reversões Provisão Final
2010 33 534 - - 567
2011 567 5.433 (325) (278) 5.397
Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da provisão em relação à carteira de crédito equivale a 1,60% (0,31% em 31 de dezembro de 2010).
No período, houve renegociação no montante de R\$ 9.877, correspondente a 45 clientes, considerando-se como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento, e nas condições de pagamento originalmente pactuadas.
No período ocorreu baixa para prejuízo na carteira de crédito no montante de R\$ 325, correspondente a 01 cliente, não houve recuperação de baixas.
7. Outros créditos
Ativo fiscal diferido
Adiantamentos para despesas
Devedores diversos
Impostos e contribuições a compensar
Total
2011 1.847 75 12 - 1.934
2010 6 13 672 - 691

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2011, 2010. Rows: Garantias de operações de crédito (a), Garantias de fornecedores, Total.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2010, 2010. Rows: Indexador, Saldo, Encargos, Vencimento até, Pré-fixado, Pós-fixado, Total.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2010, 2010. Rows: Indexador, Saldo, Encargos, Vencimento até, Pré-fixado, Pós-fixado, Total.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2011, 2010. Rows: Juros sobre o capital próprio, Dividendos, Provisão para participação nos lucros, Total, b. Fiscais e previdenciárias.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2011, 2010. Rows: Imposto de renda, Contribuição Social, Impostos e contribuições sobre salários, Impostos e contribuições a recolher, Total, c. Outras obrigações - Diversas.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2011, 2010. Rows: Despesas de pessoal, Fornecedores, Diversos (a), Total, (a) Refere-se substancialmente a ajustes advindos da sub-rogação do contrato de trabalho de ex-funcionários do Banco Nossa Caixa.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2011, 2010. Rows: Encargos sociais, Benefícios, Honorários de diretores e conselheiros, Treinamento, Estagiários, Total, b. Outras despesas administrativas.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2011, 2010. Rows: Propaganda e publicidade (a), Promoções e relações públicas (a), Processamentos de dados, Serviços técnicos especializados, Contribuições Filantrópicas, Transporte, Outras (legais e judiciais, copa, cozinha, limpeza, etc.), Publicações, Serviços do sistema financeiro, Manutenção e conservação de bens, Serviços de terceiros, Vigilância e segurança, Viagem no País, Comunicações, Material, Água, energia e gás, Depreciação, Amortização, Seguros, Total, (a) Os investimentos em Propaganda e Publicidade incluem publicidade legal, realização de pesquisas, produção de materiais informativos, campanha publicitária, mídia e ações de marketing para divulgação dos produtos oferecidos no mercado com foco na geração de negócios junto ao público alvo, além de divulgar a forma de atuação da Instituição. Já o item Promoções e Relações Públicas refere-se substancialmente a investimentos relativos a participação em feiras e eventos de negócios, realizados em diversos locais do estado de São Paulo.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2011, 2010. Rows: Contribuição ao COFINS, Contribuição ao PIS, ISS, Outros, Total, c. Despesas tributárias.

12. Patrimônio líquido
a. Capital social
Em 31 de dezembro de 2011, o capital social de 1 bilhão de reais está representado por 1.000.000.000 de ações ordinárias de classe única, todas nominativas e sem valor nominal.
b. Dividendos e juros sobre o capital próprio
Em Reunião do Conselho de Administração de 22 de março de 2011, os membros deliberaram que, a partir do exercício de 2011 até a sua revogação, será distribuído 100% do lucro líquido após destinações previstas em Lei, observado o limite máximo da distribuição sob a forma de juros sobre o capital próprio, estabelecido pela legislação, e o restante na forma de dividendos. Desta distribuição será reservado o valor de R\$ 1.847, referente à constituição do crédito tributário.
Foram distribuídos juros sobre o capital próprio e dividendos, conforme segue:

Table with 4 columns: Descrição, 2º Sem 2011, 2011, 2010. Rows: Juros sobre o capital próprio, Dividendos, Total.

Para elaboração da Demonstração de Resultado, os juros sobre o capital são demonstrados posteriormente à apuração do lucro líquido, consoante o artigo 3º da Circular Bacen nº 2.739, de 19 de fevereiro de 1997.
c. Reserva legal
A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.
13. Imposto de renda e contribuição social
a. Demonstrativo de imposto de renda e contribuição social
2º Sem 2011 2011 2010
Despesa de imposto de renda (4.852) (10.534) (6.140)
Despesa de contribuição social (1.898) (3.950) (2.297)
Ativo fiscal diferido 1.847 1.847
Total (4.903) (12.637) (8.437)

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2010. Rows: Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações, Participação dos empregados, Resultado após a participação dos empregados, Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, Ajustes para Cálculo de IR e CSLL.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2010. Rows: Provisões, Contribuições a entidades de classe, Gratificação Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, Provisão para créditos de liquidação duvidosa, Outras Adições, Outras exclusões, Total, Incentivos fiscais PAT, Juros sobre capital próprio, Imposto de Renda e CSLL, Constituição de diferido fiscal.

Despesa de IR e CSLL
c. Créditos tributários
Os créditos tributários referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foram constituídos sobre adições temporárias aplicando-se alíquota de 34%, conforme apresentado abaixo:

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2011, 2010. Rows: Adições temporárias, Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), Total.

Os créditos tributários foram classificados conforme provisão de realização, sendo o montante de R\$ 1.847 apresentado no ativo realizável a longo prazo, sendo que tais créditos serão realizados quando da reversão das provisões relacionadas.
A expectativa de realização dos referidos créditos foi baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração, de acordo com a Circular Bacen nº 3.171, de 30 de dezembro de 2002, conforme demonstrado a seguir:

Table with 8 columns: 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, Após 2021, Total. Rows: Valor nominal, Valor presente, O valor presente dos créditos tributários foi obtido através de desconto pela taxa de juros prevista no estudo técnico realizado para constituição dos créditos tributários.

14. Regime tributário PIS e COFINS
A Receita Federal, por suas Delegacias Regionais, tem adotado interpretação segundo a qual as Agências de Fomento estariam sujeitas a adoção do regime não-cumulativo de apuração do PIS e da COFINS, pelo qual tais contribuições deveriam ser calculadas sobre a totalidade das receitas auferidas pelas Agências, descontados os créditos legalmente admitidos, aplicando-se as alíquotas de 1,65% e 7,6%.
No dia 16 de agosto de 2010, foi impetrado Mandado de Segurança Coletivo em nome da ABDE, que neste ato representa as suas associadas agências de fomento, com o fim de obter o reconhecimento do direito de calcular o PIS e a COFINS com base no regime cumulativo. Indeferido o pedido liminar pelo juízo de primeira instância, foi interposto o recurso de Agravo de Instrumento dirigido ao TRF - Tribunal Regional Federal, para que este se pronunciasse sobre a liminar inicialmente formulada.
O referido Agravo foi julgado monocraticamente que negou seguimento ao recurso, com isso, foi interposto Agravo Regimental com o intuito de que o pedido de liminar fosse apreciado pelos Desembargadores da 7ª Turma do Tribunal, em decisão Colegiada. Atualmente, o recurso aguarda julgamento.
15. Limites operacionais
O Conselho Monetário Nacional, através do Banco Central do Brasil, divulgou as Resoluções nº 3.444, de 28 de fevereiro de 2007, e nº 3.490, de 29 de agosto de 2007, que norteiam os cálculos para o requerimento de capital compatível com o risco das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras.
Em 31 de dezembro de 2011, o Patrimônio de Referência (PR) apresenta-se superior em R\$ 782 milhões ao mínimo exigido. O Índice de Basileia apurado é de 215%, enquanto o mínimo exigido é de 11%.
16. Transações com partes relacionadas
A Instituição tem como seu principal acionista o Governo do Estado de São Paulo. Todos os órgãos da administração direta e indireta são considerados partes relacionadas.
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a instituição não manteve transações de qualquer natureza com partes relacionadas.
O pessoal-chave da Instituição (Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal) recebeu no exercício de 2011 o montante de R\$ 2.481, referentes a benefícios de curto prazo (R\$ 2.221 em 2010).
O pessoal-chave da Instituição não possui benefícios de longo prazo.
17. Contingências
A Instituição não possui contingências ativas ou passivas classificadas como perda provável ou possível que requeiram registro contábil ou divulgação em notas explicativas.
18. Gerenciamento de riscos
a. Estrutura de gerenciamento de riscos
Na Nossa Caixa Desenvolvimento, o gerenciamento dos riscos é realizado pela SURIC - Superintendência de Riscos, Compliance e Normas. A SURIC é uma unidade independente, ligada diretamente à Presidência.
Essa superintendência é composta por duas gerências, sendo uma responsável pelo gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, e a outra responsável pelas normas e pelos controles internos e Compliance.
O Relatório de Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Riscos está disponível ao público na sede da instituição.
b. Risco operacional
Na área de tecnologia da informação, foram promovidas adequações e melhorias nos diversos módulos que compõem o sistema utilizado, a fim de adequá-lo à gestão dos processos operacionais das áreas de crédito, contábil, controladoria e financeira, além da preparação e do envio obrigatório de documentos ao Banco Central do Brasil e de suporte aos negócios. Além disso, foram desenvolvidas ações no sentido de melhorar o desempenho do tráfego de dados nos links de comunicação entre a Nossa Caixa Desenvolvimento e o Data Center e foram implementados, no sistema COLD, os arquivos em DVD de diversos relatórios, facilitando e minimizando o risco na gestão de documentos.
Durante o ano de 2011, foram divulgados diversos normativos que contribuíram para a mitigação de riscos. Além disso, o processo de mapeamento de riscos continua em andamento, tendo instituído medidas saneadoras através de vários planos de ação.
No tocante à alocação de capital, no cálculo do Patrimônio de Referência Exigido, o cálculo da Parcela referente ao Risco Operacional (POPR) é feito em consonância aos critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.383, de 2008. Para esse cálculo, a Nossa Caixa Desenvolvimento optou pela metodologia da Abordagem do Indicador Básico.
c. Risco de mercado
A Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, instituiu diretrizes, metodologias, limites e responsabilidades no âmbito do risco de mercado.
O risco inerente à flutuação das taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN) é calculado diariamente através do VaR Paramétrico, com 95% de confiança, para o horizonte de um dia.
Embora não haja operações registradas na carteira de negociação, a política define, para essas operações, o cálculo do risco de mercado de acordo com normativos divulgados pelo Banco Central do Brasil.
d. Risco de crédito
Em 2010, a Diretoria e o Conselho de Administração aprovaram a Política de Gerenciamento do Risco de Crédito, que instituiu padrões e responsabilidades no âmbito do gerenciamento desse risco.
O acompanhamento sistemático da evolução da carteira de crédito permite a análise de sua segmentação e o armazenamento de dados para projeções e análises futuras.
O cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido, referente às Exposições Ponderadas por Fator de Risco (PEPR), é efetuado com base na Circular BACEN nº 3.360, de 2007.
e. Estrutura de gerenciamento de Capital
Em junho de 2011, foi divulgado, pelo Banco Central, a Resolução C.M.N. nº 3.988, que determina a obrigatoriedade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital. Seguindo o cronograma determinado, a Nossa Caixa Desenvolvimento aprovou, em dezembro de 2011, que a gestão do capital será de responsabilidade da SURIC.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2011, 2010. Rows: Imposto de renda, Contribuição Social, Impostos e contribuições sobre salários, Impostos e contribuições a recolher, Total.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2011, 2010. Rows: Despesas de pessoal, Fornecedores, Diversos (a), Total, (a) Refere-se substancialmente a ajustes advindos da sub-rogação do contrato de trabalho de ex-funcionários do Banco Nossa Caixa.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2011, 2010. Rows: Encargos sociais, Benefícios, Honorários de diretores e conselheiros, Treinamento, Estagiários, Total, b. Outras despesas administrativas.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2011, 2010. Rows: Propaganda e publicidade (a), Promoções e relações públicas (a), Processamentos de dados, Serviços técnicos especializados, Contribuições Filantrópicas, Transporte, Outras (legais e judiciais, copa, cozinha, limpeza, etc.), Publicações, Serviços do sistema financeiro, Manutenção e conservação de bens, Serviços de terceiros, Vigilância e segurança, Viagem no País, Comunicações, Material, Água, energia e gás, Depreciação, Amortização, Seguros, Total, (a) Os investimentos em Propaganda e Publicidade incluem publicidade legal, realização de pesquisas, produção de materiais informativos, campanha publicitária, mídia e ações de marketing para divulgação dos produtos oferecidos no mercado com foco na geração de negócios junto ao público alvo, além de divulgar a forma de atuação da Instituição. Já o item Promoções e Relações Públicas refere-se substancialmente a investimentos relativos a participação em feiras e eventos de negócios, realizados em diversos locais do estado de São Paulo.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2011, 2010. Rows: Contribuição ao COFINS, Contribuição ao PIS, ISS, Outros, Total, c. Despesas tributárias.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2011, 2010. Rows: Propaganda e publicidade (a), Promoções e relações públicas (a), Processamentos de dados, Serviços técnicos especializados, Contribuições Filantrópicas, Transporte, Outras (legais e judiciais, copa, cozinha, limpeza, etc.), Publicações, Serviços do sistema financeiro, Manutenção e conservação de bens, Serviços de terceiros, Vigilância e segurança, Viagem no País, Comunicações, Material, Água, energia e gás, Depreciação, Amortização, Seguros, Total, (a) Os investimentos em Propaganda e Publicidade incluem publicidade legal, realização de pesquisas, produção de materiais informativos, campanha publicitária, mídia e ações de marketing para divulgação dos produtos oferecidos no mercado com foco na geração de negócios junto ao público alvo, além de divulgar a forma de atuação da Instituição. Já o item Promoções e Relações Públicas refere-se substancialmente a investimentos relativos a participação em feiras e eventos de negócios, realizados em diversos locais do estado de São Paulo.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2011, 2010. Rows: Contribuição ao COFINS, Contribuição ao PIS, ISS, Outros, Total, c. Despesas tributárias.

Parecer do Conselho Fiscal
Os membros do Conselho Fiscal da Nossa Caixa Desenvolvimento - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2011, findo em 31 de dezembro de 2011, e a vista do Parecer dos Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, opinam que os referidos documentos refletem a situação patrimonial e financeira da Sociedade e estão em condições de serem submetidos ao Conselho de Administração.
São Paulo, 27 de fevereiro de 2012.

Table with 2 columns: HUBERTO BAPTISTELLA FILHO, TOMÁS BRUGINSKI DE PAULA.

Parecer do Conselho de Administração
O Conselho de Administração da Nossa Caixa Desenvolvimento - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2011, findo em 31 de dezembro de 2011, e a vista do Parecer dos Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária para aprovação.
São Paulo, 29 de fevereiro de 2012

Table with 2 columns: ANDREA SANDRO CALABI, MILTON LUIZ DE MELO SANTOS.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras
Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2011, 2010. Rows: Contribuição ao COFINS, Contribuição ao PIS, ISS, Outros, Total.

estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nossa Caixa Desenvolvimento - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
São Paulo, 8 de fevereiro de 2012

Table with 2 columns: KPMG, Alberto Spiniborghs Neto. Rows: KPMG Auditores Independentes, CRC 2SP014428/O-6, Alberto Spiniborghs Neto, Contador CRC 1SP16745/O-0.